



# APIN

EMPRESA INTERMUNICIPAL DE  
AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR

## **AJUSTE DIRETO**

ADG/13/2020

SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO POSTAL, POR UM  
PERÍODO DE 12 MESES

Caderno de Encargos

### I) ENQUADRAMENTO JURÍDICO-LEGAL:

- A. A APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA. é uma empresa local, pessoa coletiva de direito privado, com natureza intermunicipal, sujeita ao Regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31/08 , revista e atualizada pelas Leis n.º 53/2014, de 25/08, n.º 69/2015, de 16/07 , n.º 7-A/2016, de 30/03, n.º 42/2016, de 28/12 , n.º 114/2017, de 29/12 e n.º 71/2018, de 31/12, à Lei comercial, aos Estatutos e, subsidiariamente, ao Regime jurídico do sector público empresarial, aprovado pelo DL 133/2013 de 03.10 , revisto e atualizado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30/09 e n.º 42/2016, de 28/12).
- B. O objeto estatutário da entidade adjudicante é a exploração e gestão do Sistema Intermunicipal do Ambiente do Pinhal Interior, o qual agrega os sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares.
- C. Faz parte desta obrigação de gestão, a necessidade de garantir uma rede eficaz de distribuição postal das faturas e outras informações relevantes entre esta entidade e os municípios.
- D. A entidade adjudicante optou pelo procedimento pré-contratual de Ajuste Direto, ancorando-se nos critérios materiais de escolha do artigo 24.º, n.º 1, alínea e), ponto ii) e artigo 24.º, n.º 4 do CCP, nomeadamente o facto de não existir alternativa ou substituto razoável aos CTT – Correios de Portugal, S.A. – Sociedade Aberta.
- E. Os CTT constituem uma entidade concessionária do serviço postal universal em Portugal, nos termos do Contrato de Concessão

outorgado com o Estado Português em 01-09-2000, cujas bases foram aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 448/99, de 4 de novembro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 116/2003, de 12 de junho, e 112/2006, de 9 de junho. Este diploma foi também alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro, que procedeu à alteração das bases de concessão de acordo com o regime constante da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril.

- F. Não existe no mercado nenhuma entidade capaz de prestar o serviço que a adjudicante pretende contratar, pelo que é o critério material da inexistência de concorrência que fundamenta a escolha pelo presente procedimento pré-contratual.

## II) CLÁUSULAS GERAIS

### Cláusula 1.ª – Objeto

O presente Caderno de Encargos (CE) compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a prestação de serviços de distribuição postal de correspondência universal, nomeadamente os serviços de aceitação, tratamento, transporte e distribuição de objetos postais relacionados com a área de negócio de sistemas municipais de abastecimento público de águas, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, da APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA, compreendendo todos os parâmetros definidos na legislação em vigor, nomeadamente no Regime Jurídico aplicável à prestação de serviços postais, aprovado pela Lei n.º 17/2012, de 26 de Abril, revista e atualizada e na redação em vigor, decorrente da Lei n.º 16/2014, de 04/04.

**Cláusula 2.ª – Preço Base**

- 1) O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela prestação dos serviços que constituem o seu objeto, sendo que no presente procedimento corresponde a 300.000,00€ (trezentos mil euros), ao qual acresce o I.V.A. à taxa legal em vigor.
- 2) O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA, nomeadamente os relativos a despesas de transporte, de aluguer de viaturas, de alimentação, de viagens e de estadia, despesas de segurança e Equipamentos de Proteção Individual inerentes à prestação, bem como quaisquer encargos decorrentes da atividade exercida durante a prestação de serviços e da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3) No preço contratual não está incluído o acréscimo de preço a pagar em resultado de eventual alteração do tarifário oficial.
- 4) No futuro, a ocorrer alteração de tarifário oficial ou outras circunstâncias que alterem o equilíbrio financeiro em que assenta o presente contrato, é aplicável o artigo 282.º do CCP, desde que notificadas por escrito pelo adjudicatário e devidamente fundamentadas.

**Cláusula 3.ª – Contrato**

- 1) O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
- 2) O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelos interessados, desde que esses erros e omissões

- tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada, prestados pelo adjudicatário.
- 3) Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de serviços, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

#### **Cláusula 4.ª – Prazo de Execução**

- 1) O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da sua celebração, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2) O contrato considera-se cumprido, e em consequência extinto, se antes do decurso do prazo referido no número um da presente cláusula, o valor total adjudicado se esgotar.

#### **Cláusula 5.ª – Âmbito dos serviços contratados**

- 1) A prestação de serviços deverá garantir:

- a) A correspondência da APIN - EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA com os meios de transação contratados, nos casos aplicáveis;
  - b) A cobertura da prestação de serviços em toda a região dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Lousã, Pampilhosa da Serra, Pedrogão Grande, Penacova, Penela e Vila Nova de Poiares, âmbito geográfico de distribuição que é objeto do contrato;
- 2) O prestador de serviços será responsável por:
- a) Prestar serviços de aceitação, tratamento, transporte e distribuição de objetos postais, nas seguintes modalidades:
  - b) Correio Azul Nacional e Internacional;
  - c) Correio Normal Nacional e Internacional;
  - d) Direct Mail Nacional e Internacional;
  - e) Correio Registado Nacional e Internacional;
  - f) Correio Registado com Aviso de Receção Nacional e Internacional;
  - g) Correio Económico Internacional;
  - h) Correio Azul Prime;
  - i) Correio Editorial Nacional e Internacional;
  - j) Serviços Especiais;
  - k) Encomendas até de 2000grs.
- 3) O número estimado a orientar durante a vigência do contrato consta do mapa de quantidades na Cláusula 23ª – Especificações técnicas.

#### **Cláusula 6.ª – Obrigações do Cocontratante**

- 1) Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem, para o prestador de serviços, as seguintes obrigações principais:

- a) Prestar serviços de aceitação, tratamento, transporte, e distribuição de objetos postais nas seguintes modalidades: normal, azul, nacional, internacional, registado, outras;
  - b) Os padrões da prestação dos serviços, em termos de padrão médio de entrega, e serviço a ele associados são os padrões de entrega que constam do Convénio da Qualidade do Serviço Postal Universal, celebrado anualmente entre o ICO/ANACOM – Autoridade de Comunicações e o prestador de serviços;
  - c) O Prestador obriga-se a efetuar a prestação de serviços à entidade adjudicante, conforme as características técnicas e requisitos, adequados às especificações do presente caderno de encargos;
  - d) O prestador obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade, próprios das melhores práticas;
- 2) A título acessório, o Prestador de Serviços fica, ainda, obrigado, designadamente, a:
- a) Não alterar unilateralmente as condições da prestação de serviços, fora dos casos previstos no caderno de encargos.
  - b) Comunicar à entidade adjudicante qualquer facto que torne, total ou parcialmente, impossível o fornecimento do serviço objeto deste procedimento, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações acessórias.
  - c) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informativos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
  - d) Garantir, no âmbito dos serviços contratados, o integral cumprimento de todas as disposições legais em vigor, no que

concerne à recolha e tratamento de dados pessoais dos utentes, designadamente o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e a Lei 58/2019, de 8 de agosto.

#### **Cláusula 7.ª – Objeto do dever de sigilo**

- 1) O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento, ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem podem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3) Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem, comprovadamente, do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força de lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 8.ª – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 9.<sup>a</sup> – Proteção de dados pessoais**

- 1) O prestador de serviços obriga-se a manter em total e completo sigilo todas as informações de natureza profissional, consideradas pela entidade adjudicante como confidenciais, bem como toda a demais informação privada ou de propriedade da entidade adjudicante de que venha a tomar conhecimento por força da execução do contrato ("Informação Confidencial").
- 2) O prestador de serviços obriga-se expressamente a utilizar a informação confidencial única e exclusivamente para efeitos e no âmbito do contrato, abstendo-se de qualquer uso fora deste contexto, quer em benefício próprio, quer de terceiros, independentemente dos fins.
- 3) O prestador de serviços obriga-se a conservar estritamente as indicações que lhe forem pontualmente fornecidas pela entidade adjudicante, relativamente à divulgação da Informação Confidencial, devendo ainda consultar previamente aquela sempre que tenha dúvidas relativamente à possibilidade de divulgação de determinada Informação Confidencial.
- 4) O prestador de serviços é responsável perante a entidade adjudicante por todos e quaisquer prejuízos que esta venha a sofrer, decorrentes do incumprimento, culposo ou negligente, das obrigações assumidas na presente cláusula.
- 5) O prestador de serviços obriga-se, ainda, nos termos do disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e na Lei 58/2019, de 8 de agosto (Regulamento Geral da Proteção de Dados, transposto para o ordenamento jurídico português), a:

- a) Não realizar tratamento da informação a que tiver acesso, a não ser para a finalidade que lhe for solicitada pela entidade adjudicante, e que é objeto do presente contrato;
- b) Cumprir o disposto na legislação portuguesa em vigor sobre proteção de dados pessoais;
- c) Guardar sigilo profissional sobre a informação obtida no âmbito do presente contrato, nos termos do disposto no supracitado RGPD;
- d) Adotar todas as medidas de carácter técnico e organizativo necessárias e adequadas a garantir a segurança da informação obtida no âmbito do presente contrato, de modo a salvaguardar a informação contra a distribuição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou acesso não autorizados e contra qualquer fora de tratamento ilícito.

#### **Cláusula 10.ª – Obrigações da entidade adjudicante**

- 1) Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de I.V.A. à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
- 2) O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes e licenças.

- 3) Apenas serão devidas e pagas as transações emitidas e processadas, não sendo, portanto, devida qualquer indemnização ou preço pelo não esgotamento das quantidades máximas previstas, constante do mapa de quantidades.

#### **Cláusula 11.ª – Condições de Pagamento**

- 1) A fatura a emitir deve ser mensal e de acordo com as guias dos serviços efetuados, devendo a respetiva liquidação ser feita no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da execução da prestação e após apresentação da fatura, sendo o seu pagamento efetuado por transferência bancária, e no nome do cocontratante, contra a apresentação de recibo.
- 2) Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser emitidas após o vencimento da respetiva obrigação.
- 3) Ao abrigo do n.º 1 do artigo 299.º-B do CCP, as faturas deverão ser eletrónicas.

#### **Cláusula 12.ª – Penalidades contratuais**

- 1) Pelo incumprimento de obrigações contratuais do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega das correspondências postais – até 0,021% do valor devido, por cada dia de atraso na entrega, quando este não for razoavelmente justificado.
- 2) Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.

- 3) Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
- 4) Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviço e as consequências do incumprimento.
- 5) A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

#### **Cláusula 13.ª – Força maior**

- 1) Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitam a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
- 2) Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas.
- 3) Não constituem força maior, nomeadamente:
  - a) Circunstância que não constitua força maior para os subcontratos do prestador de serviço, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratos;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou de ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações ou equipamentos de apoio e veículos do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência suas ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4) A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5) A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> – Resolução por parte da entidade adjudicante**

- 1) Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada

qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso, total ou parcial, na realização dos serviços objecto do contrato superior a três meses, ou no caso de declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso em determinados serviços excederá esse prazo;
- 2) O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

#### **Cláusula 15.ª – Resolução por parte do cocontratante**

- 1) Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses.
- 2) No caso previsto no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, a qual produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração pela **APIN – EMPRESA INTERMUNICIPAL DE AMBIENTE DO PINHAL INTERIOR, EIM, SA**, salvo se, nesse prazo, esta última cumprir as obrigações em atraso, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 3) A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

**Cláusula 16.ª – Caução para garantir o cumprimento das obrigações**

- 1) Nos termos do disposto nos artigos 88.º a 90.º do CCP, o adjudicatário deverá prestar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com aquela celebração, correspondente a 5% do preço contratual, devendo comprovar essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 2) A caução pode ser prestada mediante garantia bancária ou seguro-caução.
- 3) Se o adjudicatário prestar a caução mediante garantia bancária, deverá apresentar um documento pelo qual um estabelecimento bancário legalmente autorizado assegure, até ao limite do valor da caução, o imediato pagamento de quaisquer importâncias exigidas pela APIN, E.I.M., S.A. em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que a garantia respeita.
- 4) Se o adjudicatário prestar a caução mediante seguro-caução, deverá apresentar apólice pela qual uma entidade legalmente autorizada a realizar este seguro assuma, até ao limite do valor da caução, o encargo de satisfazer, de imediato, quaisquer importâncias exigidas pela APIN, E.I.M., S.A., em virtude do incumprimento de quaisquer obrigações a que o seguro respeita.
- 5) A falta de prestação de caução determina a caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 91.º do CCP.
- 6) Conforme o disposto no n.º 3 do artigo 295.º do CCT, a caução será libertada no prazo de 30 dias após a conclusão do contrato.

**Cláusula 17.ª – Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 18.ª – Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra parte, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 19.ª – Gestor do contrato**

- 1) Nos termos do artigo 290.ª-A do CCP, aquando da outorga do contrato será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pela entidade adjudicante.
- 2) As competências do Gestor do Contrato são as definidas no contrato (quando aplicável), bem como as definidas no CCP.

**Cláusula 20.ª – Comunicações e notificações**

- 1) Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2) Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 21.ª – Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### Cláusula 22ª – Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

### III) CLÁUSULAS ESPECIAIS

#### Cláusula 23ª – Especificações técnicas

(a que se refere o n.º 1 do artigo 49.º do CCP)

| <b>Serviço</b>                                   | <b>Quantidade anual*</b> |
|--------------------------------------------------|--------------------------|
| Correio normal nacional                          | 720 000                  |
| Correio normal internacional                     | 6 000                    |
| Correio azul nacional                            | 240                      |
| Correio azul internacional                       | 60                       |
| Correio registado nacional                       | 72 000                   |
| Correio registado internacional                  | 1 200                    |
| Correio registado c/ aviso receção nacional      | 720                      |
| Correio registado c/ aviso receção internacional | 12                       |
| Encomendas até 2000grs                           | 60                       |

\*As quantidades apresentadas são meramente indicativas.